

Após as eleições: A crise do Estado na Guiné-Bissau

Patrícia Magalhães Ferreira . IEEI

No próximo dia 16 de Novembro decorrerão eleições legislativas na Guiné-Bissau, um acto eleitoral marcado na sequência do abandono da coligação de unidade nacional de um dos três maiores partidos, em Julho de 2008, que levou o Presidente «Nino» Vieira a nomear Carlos Correia como líder interino do governo.

Após o contexto político perturbado da última década, a ausência de guerra continua a não significar uma paz efectiva e condições sustentáveis de segurança, pelo que a Guiné-Bissau foi eleita como [terceiro país-alvo](#) (depois do Burundi e da Serra Leoa) para a actuação da *Peacebuilding Commission* das Nações Unidas. Com efeito, a instabilidade política não é mais do que um reflexo de uma **crise estrutural profunda** que atravessa diversas áreas políticas e sectores da sociedade guineense.

Ao nível **económico**, registam-se altos níveis de pobreza: cerca de 88% da população vive com menos de um dólar por dia e a vasta maioria dos indicadores sociais (como a esperança de vida, a mortalidade infantil, condições sanitárias básicas, acesso à educação) estão ainda abaixo da média africana. A fraca diversificação da estrutura económica, deficiente capacidade administrativa e de gestão económica, debilidade do sector privado e dependência da ajuda externa são outros elementos que caracterizam a situação económica na Guiné-Bissau.

Alguns acontecimentos relativos às eleições ilustram, por si só, a debilidade económica, como por exemplo, a [dificuldade em encontrar os meios](#) necessários para a realização das eleições, as [ameaças de greve](#) por parte da Comissão Eleitoral Nacional (devido à falta de pagamento de salários), ou mesmo a ausência de meios para efectuar a cobertura por parte da [comunicação social estatal](#).

Ao nível estatal, o funcionamento irregular e falta de capacidade das instituições públicas no fornecimento de serviços sociais básicos, a burocracia e corrupção nas estruturas estatais, o défice de cultura democrática e a necessidade de maior independência do poder judicial, da polícia e das forças armadas, são alguns dos elementos que caracterizam a fragilidade estrutural do país. Por um lado, as violações dos direitos humanos básicos (tais como detenções arbitrárias e limitações à liberdade de expressão) indicam que as **instituições democráticas** são ainda bastante frágeis e que o poder executivo continua a primar sobre os poderes legislativo e judicial.

A mera realização formal de eleições não é, assim, suficiente para ultrapassar uma longa cultura institucional não-democrática e décadas de governação autoritária. Por outro lado, o movimento para a implementação de reformas que se acentuou desde a assinatura do Pacto de Estabilidade promovido pelo governo de Martinho Ndafo Cabi é prejudicado quer pela fragilidade das instituições políticas e administrativas, quer pela resistência militar que continua a influenciar o panorama político. A **reforma do sector de segurança**, assumida em 2007 como uma das prioridades da ajuda da comunidade internacional na Guiné-Bissau, continua, assim, a ser um ponto crucial na construção de um sistema político mais independente e democrático.

Nestas eleições, como nas anteriores, continuam a existir denúncias de alegadas ofertas de carácter político-partidário, preconizadas por vários partidos com o intuito de comprar o voto dos que pouco têm. O Partido da Renovação Social (PRS) acusou o Presidente da República, João Bernardo Vieira, de reiteradamente tentar [comprar a consciência dos seus militantes](#) a favor do Partido Republicano para a Independência e Desenvolvimento (PRID). O PRID é a mais recente formação política no país, formada por dissidentes do PAIGC e liderada pelo antigo primeiro-ministro, Aristides Gomes, uma figura muito próxima do chefe de Estado guineense. No entanto, Nino Vieira [refutou estas acusações](#), proibiu mesmo a utilização da sua imagem e apelou à contenção da linguagem durante a campanha.

Já a presença do **tráfico de droga** como um elemento importante na campanha é um facto novo destas eleições. O alegado financiamento de partidos com dinheiro proveniente do narcotráfico tem marcado o cenário político nos últimos meses, de duas formas contrastantes. Por um lado, os líderes políticos guineenses fazem campanha com promessas de acabar com aquele crime; por outro, chovem as acusações indirectas sobre a utilização de fundos provenientes do tráfico de droga por partidos. Se é verdade que nunca ninguém foi condenado por tráfico de droga no país, tendo quase todos os suspeitos sido postos em liberdade e abandonado o país após o pagamento de caução, também é inegável o crescimento do tráfico de cocaína na Guiné-Bissau, cada vez mais utilizada como ponto de trânsito entre a América Latina e os mercados europeus.

Os números ilustram o agravamento da situação: [o escritório das Nações Unidas contra a Droga e Crime \(UNODC\)](#) afirma que [as apreensões de cocaína na costa ocidental africana](#) duplicaram anualmente desde 2005 (passando de 1,3 toneladas, para 6,5 toneladas em 2007) e que, na Guiné-Bissau, foram apreendidos pouco mais de 1000 quilogramas de cocaína entre 2006 e 2007, metade dos quais desapareceram sem que tivessem sido apuradas responsabilidades.

Este organismo diz que o valor do comércio da droga no país é maior que todo o rendimento nacional, apontando a falta de meios para a ausência de um combate estruturado e eficaz ao tráfico. No entanto, o problema vai muito para além da ausência de meios financeiros, uma vez que a fragilidade do Estado tem permitido a actuação impune dos traficantes e a sua infiltração nas estruturas estatais. Neste contexto, a proliferação de conferências sobre este tema nos últimos meses ou a assinatura de um [documento estratégico de luta contra o narcotráfico](#) por parte da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) pouco poderão fazer para evitar que a Guiné-Bissau se torne num narco-Estado, se não forem tomadas medidas estruturantes para reforço do Estado e das suas instituições democráticas.

Para saber mais...

[Mapa da Guiné-Bissau](#)

[Página Oficial do Governo](#)

[Country Profile: Guinea-Bissau](#) BBC News

[Human Development Report 2007/2008: Guinea-Bissau](#)

[Chronology of key events](#) BBC News

[Historical Chronology – Security Council and UN on Guinea-Bissau](#)

[Missão de Observação Eleitoral da UE](#)

Documentos úteis:

[Guinea-Bissau: In Need of a State](#) International Crisis Group, Africa Report N°142, 2 July 2008

[Guinea-Bissau: A new hub for cocaine trafficking](#) UNODC, May 2008

[Report of the Secretary-General on developments in Guinea-Bissau and on the activities of the United Nations Peacebuilding Support Office in that country](#), 29/09/2008

[Report of the Secretary-General on developments in Guinea-Bissau](#), 17/06/2008

[Report of the Secretary-General on developments in Guinea-Bissau](#), 17/03/2008

[Report of the Secretary-General on developments in Guinea-Bissau](#) *Poverty, poor health and weak government undermine human development*, 21 June 2007

[International Religious Freedom Report 2008: Guinea-Bissau](#) US Department of State